

Advocacia-Geral da União Procuradoria-Geral Federal

RENATO RODRIGUES VIEIRA
Procurador-Geral Federal

Brasília
Março/2016

PREMISSAS PRINCIPAIS

- **INTEGRAL REPARAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS**
- **ACORDO É A FORMA MAIS CÉLERE E EFETIVA PARA RESOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA**
- **GARANTIA DA EXECUÇÃO**
- **TODOS OS IMPACTOS CONSIDERADOS** *(pessoas, famílias, comunidades, pescadores, pequenos agricultores, areeiros, micro e pequenas empresas, operadores do setor de turismo e negócios ligados ao esporte e lazer e demais segmentos econômicos, além dos povos e comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais)*
- **AMPLA PARTICIPAÇÃO** *(na discussão, no acompanhamento, no desenvolvimento e na execução)*
- **TRANSPARÊNCIA** *(acesso à informação, em linguagem acessível)*
- **PREFERÊNCIA PELA CONTRATAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LOCAL**
- **O ATENDIMENTO ÀS PESSOAS DEVE SER A PRIORIDADE**
- **O ACORDO NÃO SUBSTITUI A VONTADE INDIVIDUAL DAS PESSOAS**
- **NÃO INTERFERÊNCIA NA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PENAL E ADMINISTRATIVA NEM GARANTIA DO RETORNO À OPERAÇÃO**
- **MELHORAR O CENÁRIO AMBIENTAL E SOCIOECONÔMICO EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO ANTERIOR**
- **PREVISÃO DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS**
- **ACORDO BASEADO EM PROGRAMAS E NÃO EM VALORES**

PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS

1. PROGRAMA DE LEVANTAMENTO E DE CADASTRO DOS IMPACTADOS

- *Objetivo: instituição independente, a partir de orientação do poder público, deverá identificar a totalidade das áreas de impactos sociais, culturais, econômicos ou ambientais.*

2. PROGRAMA DE RESSARCIMENTO E DE INDENIZAÇÃO DOS IMPACTADOS

Objetivo: reparar e indenizar os impactados, em condições e valores a serem discutidos e negociados direta e individualmente com cada um, respeitada a sua opinião e liberdade de manifestação, com permanente acompanhamento do poder público.

3. PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS POVOS INDÍGENAS

Objetivo: oferecer atendimento especializado aos povos indígenas dos territórios KRENAK, TUPINIQUIM e GUARANI, respeitando suas formas próprias de organização social, costumes, usos e tradições e assegurando participação dos povos indígenas e da FUNAI em todas as fases.

4. PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE OUTROS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Objetivo: oferecer atendimento especializado aos povos e comunidades tradicionais, entre as quais as Comunidades Remanescentes do Quilombo de Santa Efigênia, em Mariana/MG.

5. PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL

Objetivo: programa para promover ações socioassistenciais, socioculturais e de apoio psicossocial, com acompanhamento das famílias e pessoas impactadas.

PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS

6. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL

Objetivo: assegurar participação social nos processos de identificação e detalhamento de todos os programas e projetos previstos no acordo. As comunidades e movimentos sociais organizados também devem participar do processo. Também serão criados canais permanentes de interação com a sociedade, com mesa de diálogo e demais espaços dialogais com as comunidades, implementação de ouvidorias e central 0800 de atendimento à população.

7. PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AOS ANIMAIS

Objetivo: prestar assistência aos animais extraviados e desalojados, que deverão ser encaminhamento a centros de recolhimento, com alimentação e assistência médica veterinária. Além disso, devem ser promovidos eventos de adoção e diversas outras medidas.

8. PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO DE BENTO RODRIGUES, PARACATU DE BAIXO E GESTEIRA

Objetivo: desenvolvimento de ações para a recuperação, reconstrução e realocação das localidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira. No âmbito do programa, devem ser definidos, em conjunto com as comunidades, a nova localização para o reassentamento, as áreas a serem adquiridas, o projeto urbanístico e diversos outros pontos. Além disso, deverá ser implantada a infraestrutura de energia, água, saneamento, arruamento, pavimentação, drenagem e acessos, bem como reassentamento das edificações de uso público, tais como escolas, unidades de saúde, praças, quadras e templos religiosos.

9. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DO RESERVATÓRIO DA UHE RISOLETA NEVES

Objetivo: execução de ações necessárias ao desassoreamento do Reservatório da UHE Risoleta Neves e à recuperação das condições de operação da UHE Risoleta Neves.

PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS

10. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DAS DEMAIS COMUNIDADES E INFRAESTRUTURAS IMPACTADAS, INCLUSIVE BARRA LONGA

Objetivo: Caso sejam identificadas outras comunidades e/ou infraestruturas impactadas, estas deverão ser recuperadas ou reconstruídas, com reestabelecimentos de acessos, reconstrução de pontes, drenagens, reconstrução ou reforma de igrejas e outros templos religiosos, de campos de futebol e espaços de prática esportiva de acesso público, de centros comunitários, praças e locais públicos de lazer, de poços artesianos, de unidades habitacionais, de estruturas de educação e saúde, de estruturas de captação, tratamento e distribuição de água impactadas, de estruturas de captação e tratamento de esgoto impactadas e de prédios públicos.

11. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DAS ESCOLAS E REINTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Objetivo: reconstruir ou recuperar as escolas impactadas, além de adquirir mobiliário, equipamentos e materiais necessários, providenciando os meios para reintegração de seus respectivos alunos e profissionais às rotinas escolares. Também deverão ser desenvolvidas ações de apoio psicopedagógico para alunos e profissionais das escolas impactadas.

12. PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA, CULTURAL E ARTÍSTICA

Objetivo: recuperar bens culturais e preservar patrimônio cultural de valor histórico, arqueológico, artístico das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira.

13. PROGRAMA DE APOIO AO TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Objetivo: a partir de diagnósticos do impacto do Turismo, Cultura, Esporte e Lazer nos municípios impactados, após discutir com as comunidades, desenvolver ações de implantação de equipamentos de esporte e lazer, de memoriais, de modernização de bibliotecas públicas, de implantação de equipamentos culturais, de apoio técnico para implementação do plano de turismo, incluindo publicidade.

PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS

14. PROGRAMA DE APOIO À SAÚDE FÍSICA E MENTAL DA POPULAÇÃO IMPACTADA

Objetivo: prestação de apoio técnico ao monitoramento da saúde da população exposta e execução de ações de atenção primária e secundária; vigilância em saúde ambiental, epidemiológica, saúde do trabalhador e sanitária; assistência farmacêutica e laboratorial; e atenção em saúde mental. Também deve ser desenvolvido um estudo epidemiológico e toxicológico para avaliar riscos e correlações com o desastre e executar ações para mitigá-los, durante o prazo mínimo de 10 anos.

15. PROGRAMA DE APOIO À PESQUISA PARA DESENVOLVIMENTO E UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIOECONÔMICAS APLICADAS À REMEDIAÇÃO DOS IMPACTOS

Objetivo: fomentar e financiar a produção de conhecimento relacionado à recuperação das áreas impactadas, por meio de linhas de pesquisa de tecnologias aplicadas, com internalização das tecnologias geradas para o processo de recuperação, fomento a pesquisas voltadas à utilização econômica e disposição do rejeito e fomento à formação educacional e profissional em temáticas correlatas à recuperação das áreas atingidas.

16. PROGRAMA DE RETOMADA DAS ATIVIDADES AQUÍCOLAS E PESQUEIRAS

Objetivo: desenvolver ações específicas para apoio aos pescadores impactados, buscando a recomposição das suas áreas produtivas e das condições para produção, incluindo os equipamentos e infraestrutura impactados para a conservação, industrialização e comercialização do pescado, com assistência técnica aos impactados e às respectivas cooperativas e associações, de modo a viabilizar a retomada de suas atividades, bem como ajuda financeira aos pescadores até a condição de pesca ser equivalente à situação anterior. Se a retomada da atividade de pesca não for possível, deverão ser ofertados cursos de qualificação profissional em outras atividades, prestando assistência técnica nos termos PNATER.

PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS

17. PROGRAMA DE RETOMADA DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Objetivo: recuperar as atividades dos produtores impactados, com disponibilização de área àqueles que tiveram suas atividades agropecuárias inviabilizadas, recomposição das áreas produtivas, assistência técnica aos produtores, cooperativas e associações de modo a viabilizar a retomada de suas atividades, ajuda financeira aos produtores até a condição de produção ser equivalente à situação anterior, implantação de técnicas de manejo para aumentar a produtividade, reestabelecimento das estruturas de captação de água para irrigação e dessedentação animal, fornecimento de alimentação para animais nas propriedades rurais impactadas. Sempre que a retomada da atividade não for possível, deverão ser ofertados cursos de qualificação profissional em outra atividade e assistência técnica nos termos PNATER.

18. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA REGIONAL COM INCENTIVO À INDÚSTRIA

Objetivo: adotar estratégias para o desenvolvimento de outras atividades econômicas na região que promovam a diminuição de sua dependência com relação à indústria minerária, estimulando o surgimento de novas indústrias; apoio técnico ao desenvolvimento do plano de diversificação econômica da região; diagnóstico das potencialidades e incentivo às atividades econômicas; ações para recuperação da imagem dos produtos locais e outros.

19. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS NO SETOR DE COMÉRCIO, SERVIÇOS E PRODUTIVO

Objetivo: programa específico para a recuperação de micro e pequenos negócios no setor de comércio, serviços e produtivo localizados de Fundão até Candonga e Regência e Povoação, além de ajuda financeira até a retomada das condições para o exercício das atividades econômicas originais. Na impossibilidade de retomada das atividades econômicas, apoiar os pequenos empreendedores na incubação de novo negócio em substituição ao anterior.

PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS

21. PROGRAMA DE AUXÍLIO FINANCEIRO EMERGENCIAL AOS IMPACTADOS

Objetivo: auxílio financeiro emergencial à população impactada que tenha tido comprometimento de sua renda em razão de interrupção de suas atividades produtivas ou econômicas até o restabelecimento das condições para retomada das atividades produtivas ou econômicas.

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS

1. PROGRAMA DE MANEJO DOS REJEITOS DECORRENTES DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO, ESCAVAÇÃO, DRAGAGEM, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO

Objetivo: realizar o manejo de rejeitos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, conforme resultados dos estudos técnicos previstos, além da elaboração de projeto e ações de recuperação das áreas fluviais, estuarinas e costeira, escavação, dragagem, transporte e disposição final adequada e/ou tratamento.

2. PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTENÇÃO DOS REJEITOS E DE TRATAMENTO DOS RIOS IMPACTADOS

Objetivo: construir e operar estruturas emergenciais de contenção de sedimentos e o tratamento da água aprovados pelos órgãos ambientais. Busca-se reduzir gradativamente a turbidez dos Rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, até a UHE Risoleta Neves, para níveis máximos de 100 (cem) NTU na estação seca no prazo máximo de 3 (três) anos.

3. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE MARIANA, BARRA LONGA, RIO DOCE E SANTA CRUZ DO ESCALVADO, INCLUINDO BIORREMEDIAÇÃO

Objetivo: promover a revegetação inicial, emergencial e temporária, visando a diminuição da erosão laminar e eólica, com extensão total de 800 ha e recuperar 2.000 ha nos Municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado.

4. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E ÁREAS DE RECARGA DA BACIA DO RIO DOCE CONTROLE DE PROCESSOS EROSIVOS

Objetivo: recuperar APPs degradadas do Rio Doce e tributários numa extensão de 40.000 ha, investindo, no mínimo, R\$ 1.100.000.000,00.

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS

5. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE 5.000 NASCENTES

Objetivo: recuperação de 5.000 nascentes em áreas a serem definidas pelo CBHDOCE, com uma recuperação mínima de 500 nascentes por ano.

6. PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE AQUÁTICA, INCLUINDO ÁGUA DOCE, ZONA COSTEIRA E ESTUARINA E ÁREA MARINHA IMPACTADA

Objetivo: avaliação do estado de conservação das espécies de peixes nativas da Bacia do Rio Doce e adoção de medidas para a recuperação e conservação da fauna aquática da Bacia.

7. PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DAS ESTRUTURAS DE TRIAGEM E REINTRODUÇÃO DA FAUNA SILVESTRE

Objetivo: construir e aparelhar Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres, além de assegurar recursos para a manutenção operacional da estrutura por 3 anos.

8. PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E FLORA TERRESTRE

Objetivo: execução de programa de conservação da fauna e flora terrestre, a partir dos resultados indicados em do estudo previsto.

9. PROGRAMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO E DE DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Objetivo: disponibilização de recursos financeiros, no valor de R\$ 500.000.000,00, para utilização pelos municípios impactados, para custeio na elaboração de planos básicos de saneamento básico, elaboração de projetos de sistema de esgotamento sanitário, implementação de obras de coleta e tratamento de esgotos, erradicação de lixões e implantação de aterros sanitários regionais.

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS

10. PROGRAMA DE MELHORIA DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Objetivo: nos Municípios que tiveram localidades interrupção do abastecimento, devem ser construídos sistemas alternativos de captação de água visando reduzir a dependência de abastecimento direto no rio impactado.

11. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PREPARAÇÃO PARA AS EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS

Objetivo: implantar medidas de educação ambiental, em parceria com as Prefeituras dos municípios envolvidos, bem como implantar medidas de incremento da estrutura de apoio aos sistemas de emergência e alerta a partir de uma atuação integrada à Defesa Civil nos municípios de Mariana e Barra Longa.

12. PROGRAMA DE INFORMAÇÃO PARA A POPULAÇÃO

Objetivo: implantar um centro de informações técnicas da região, que concentrará informações ambientais relativas à área, além da criação de manutenção de bases físicas regionais em Minas Gerais e no Espírito Santo, destinados a comunicar e informar à população quanto aos aspectos ambientais.

13. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

Objetivo: desenvolvimento de um programa de comunicação regional, nacional e internacional, por meio de sítio eletrônico em no mínimo três idiomas abrangendo as ações e programas desenvolvidos por força do Acordo.

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS

14. PROGRAMA DE GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

Objetivo: elaboração de estudo técnico para identificar riscos ambientais dos ativos da SAMARCO que possam impactar na Bacia do Rio Doce, bem como propor ações preventivas e mitigatórias associadas a esses riscos.

15. PROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO E MONITORAMENTO DA BACIA DO RIO DOCE, ÁREAS ESTUARINA, COSTEIRAS E MARINHA IMPACTADAS

Objetivo: realizar monitoramento quali-quantitativo sistemático de água e sedimentos, de caráter permanente, abrangendo também a avaliação de riscos toxicológicos e ecotoxicológicos na região.

16. PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Objetivo: custear estudos referentes aos impactos no Parque Estadual do Rio Doce/MG, na Reserva Biológica de Comboios, na Área de Proteção Ambiental Costa das Algas e no Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz, e implementar ações de reparação que se façam necessárias, conforme os estudos realizados. Além disso, custear ações referentes à consolidação do Parque Estadual do Rio Doce e o Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz.

17. PROGRAMA DE FOMENTO À IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL E DOS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

Objetivo: apoiar e dar suporte técnico para o cadastramento das propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural, além de fomentar a elaboração e a implementação dos respectivos Programas de Regularização Ambiental.

GESTÃO E EXECUÇÃO

- Execução por Fundação de Direito Privado, constituída pelas três empresas, com gestão privada, independente e transparente. A instituição da Fundação não isenta as empresas de responsabilidade.
- Todos os estudos, diagnósticos, programas, projetos e ações terão que ser realizados por empresas com reconhecida formação técnica e notória experiência profissional no mercado.
- Todas as atividades desenvolvidas pela Fundação estarão sujeitas à auditoria externa independente e deverão respeitar rigorosa política de *compliance*, inclusive de anticorrupção.
- Conselho Consultivo com forte participação social que deverá ouvir as associações legitimadas para a defesa dos direitos dos impactados, bem como estabelecer canais de participação da sociedade civil, podendo convocar reuniões específicas e ouvir organizações interessadas. Será composto por especialistas, membros da sociedade civil e das comunidades impactadas.
- O Poder Público constituirá um COMITÊ INTERFEDERATIVO para interlocução permanente com a Fundação, e será responsável pela validação, acompanhamento, monitoramento e fiscalização de todas as ações.

FINANCIAMENTO E GARANTIA DA EXECUÇÃO

- Embora o compromisso firmado seja a integral execução dos programas, as empresas destinarão os seguintes recursos para garantir o cumprimento do acordo:

- R\$ 2 bilhões, em 2016;
- R\$ 1,2 bilhão por ano a partir de 2017, como orçamento anual;
- R\$ 500 milhões, de 2016 a 2018, para atender às demandas dos municípios mineiros e capixabas no saneamento e destinação de resíduos sólidos;
- R\$ 240 milhões de reais por ano, reservados do orçamento anual, por 15 anos, para medidas compensatórias socioambientais e socioeconômicas.

- O orçamento anual será revisto a cada três anos pelo prazo de 15 anos.

- Em caso de descumprimento dos prazos e das obrigações, as empresas sujeitar-se-ão à fixação de multa punitiva de até R\$ 1.000.000,00 por cada prazo ou obrigação descumprida e multa diária de até R\$ 100.000,00 enquanto persistir o descumprimento do prazo ou obrigação